

CPI começa a investigar

12 ABR 1988

os recursos para Educação

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

A aplicação dos recursos federais na área de educação, que foram substancialmente aumentados desde a aprovação da emenda João Calmon, em 1983, começa a ser investigada, hoje, pela Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pelo deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS). "A questão primordial é: o governo está aplicando os recursos da emenda Calmon? Se está, onde e como, uma vez que os problemas da educação não se equacionam? Se não está, quanto então falta ser aplicado?" pergunta Zanetti. Ele garante que a CPI só se dissolverá quando obtiver essa resposta. "Nós vamos até o fundo do poço", garante.

Aprovada em 83, a emenda Calmon obrigou a destinação de 13% da arrecadação federal e 25% da arrecadação dos estados e municípios para financiar a educação. A regulamentação da emenda, porém, só foi feita no dia 24 de julho de 85. Para

Zanetti, após a regulamentação da emenda, a educação deveria ter dado sinais de melhora. Antes da emenda, o governo aplicava na educação, de 3 a 4% da receita federal. Agora, são 13%, "mas não se vêem sinais de melhora. Onde é que está o dinheiro da emenda, então?", pergunta Zanetti.

De acordo com levantamento feito por Zanetti e pelo senador João Calmon (PMDB-ES), o Tribunal de Contas da União e a Secretaria do Tesouro demonstram total desconhecimento do caminho feito pelos recursos da emenda Calmon, apesar de serem os órgãos de controle financeiro do governo. Alguns recursos estão sendo utilizados com fins eleitoreiros. O Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), do Ministério do Planejamento, indicou que, no ano passado, Cr\$ 50 milhões de recursos da emenda em Santa Catarina (terra do ex-ministro da Educação, Jorge Bornhausen) e no Maranhão foram distribuídos apenas para municípios cujos prefeitos eram do PFL.

JORNAL DO

BRASIL